MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que, por despacho de 9 do corrente, foi autorizada, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 116\$ do n.º 2) «Telefones» para o n.º 3) «Transportes» do artigo 712.º, capítulo 5.º, do desenvolvimento das despesas da Escola Industrial e Comercial de João Vaz, de Setúbal, para o ano económico de 1934-1935.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 13 de Novembro de 1935. — O Director de Serviços, *Carlos Bandeira Codina*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Junta Nacional de Exportação de Frutas

Decreto n.º 26:065

Tendo-se reconhecido a necessidade de modificar o decreto n.º 24:305, de 4 de Agosto de 1934, que regula o comércio de exportação de melões, adaptando-o às exigências dos diversos mercados importadores;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Regulamento do comércio de exportação de melões

Artigo 1.º O comércio de exportação de melões passa a ser regulado pelo presente decreto, além do disposto no decreto n.º 22:800, de 4 de Julho de 1933, que aprovou o Estatuto da Fruticultura e Horticultura Nacionais, e nos seus regulamentos.

Art. 2.º Nos melões destinados aos mercados externos consideram-se os dois tipos ou qualidades seguintes:

a) Primeira escolha (Extra Selected), compreendendo os frutos de uma só variedade, da mesma coloração, sensivelmente do mesmo tamanho, de peso mínimo não

inferior a 2:500 gramas, apresentando o grau de maturação que permita atingir o destino nas melhores condições de amadurecimento, bem conformados, limpos, sem fermentos ou qualquer defeito na epiderme provocados por agentes parasitários ou por agentes meteorológicos, ou provocados ainda durante as operações da colheita e selecção;

b) Segunda escolha (Selected), compreendendo os frutos que, satisfazendo aos requisitos mencionados na alínea anterior, apresentem contudo o peso mínimo de 1:000 gramas e pequenos defeitos que os não desvalorizem sensivelmente.

Art. 3.º Só é permitida a exportação de melões quando tenham direito ao uso da «Marca Nacional» ou da marca «Frutas Portuguesas de Exportação», sendo reservada a «Marca Nacional» para os melões de primeira escolha.

Art. 4.º As caixas consideradas legais para o acondicionamento de melões deverão satisfazer as seguintes características (medidas interiores):

a) Caixa para 4/6 melões	0 ^m ,550 × 0 ^m ,370 × 0 ^m ,190
b) Caixa para 8/10 melões	0 ^m ,690 × 0 ^m ,600 × 0 ^m ,180
c) Caixa (tipo valenciano)	0 ^m ,970 × 0 ^m ,400 × 0 ^m ,360
d) Meia caixa (tipo valenciano)	0 ^m ,960 × 0 ^m ,400 × 0 ^m ,180

A espessura da madeira para estas caixas é a seguinte: Topos: 0^m,015. Fundo, tampo e lados: 0^m,010.

As caixas referidas na alínea b) levarão uma divisória e as referidas nas alíneas c) e d) duas, sendo os melões embalados em lâ de madeira. As caixas referidas nas alíneas a) e b) poderão ser subdivididas em lóculos parciais, por divisórias de madeira, correspondendo a cada lóculo um melão embalado em lâ de madeira.

§ único. A caixa grande do tipo valenciano é admitida somente quando a fruta se destina aos mercados do norte da Europa; a meia caixa do mesmo tipo pode ser exportada para estes mercados e para os mercados africanos.

Art. 5.º As taxas de verificação a pagar pelos melões de exportação são as fixadas no disposto no artigo 1.º do decreto n.º 25:223, de 4 de Abril de 1935.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Novembro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Sebastião Garcia Ramires*.